



PROCURADORIA-GERAL

Processo Administrativo nº: 3870/2015

Requerente: Mesa Diretora

Assunto: Projeto de Resolução nº 007/2025

Parecer nº: 181/2025

EMENTA: PROCESSO LEGISLATIVO. PROJETO DE RESOLUÇÃO. ALTERAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO. INICIATIVA DA MESA DIRETORA. EMENDA PARLAMENTAR. IMPOSSIBILIDADE. PERTINÊNCIA TEMÁTICA. VÍCIO DE LEGALIDADE.

1. RELATÓRIO.

Tratam-se os autos de Projeto de Resolução nº. 007/2025, de autoria da Mesa Diretora, que dispõe sobre a alteração do Regimento Interno da Câmara Municipal de Aracruz. Vieram os autos à Procuradoria, para manifestação acerca da constitucionalidade e legalidade da Emenda Modificativa nº. 106/2025 e 152/2025; Emenda Aditiva nº. 107/2025, 124/2025 (com Subemenda nº. 125/2025), 154/2025 e 155/2025; e, Emenda Supressiva nº. 153/2025.

É o breve relatório.

2. DA COMPETÊNCIA DA PROCURADORIA E A NATUREZA DO PARECER.

A Lei Municipal nº 3.814/14, ao dispor sobre deveres e responsabilidades dos procuradores legislativos (art. 5º, § 2º, do art. 9º e do Anexo X), estabelece que





Câmara Municipal de Aracruz

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

é atribuição destes advogados públicos “emitir parecer nos projetos de lei do Executivo e de iniciativa do Legislativo”, dentre outras.

No âmbito do processo legislativo, **os pareceres jurídicos elaborados pelos procuradores são meramente facultativos e não vinculantes**, posto que os parlamentares – através das Comissões Temáticas e do Plenário – têm soberania para decidir colegiadamente sobre a constitucionalidade, legalidade e o mérito (oportunidade e conveniência) das proposições legislativas, sem prejuízo do ulterior controle pelo Poder Judiciário.

A Procuradoria é órgão auxiliar do Poder Legislativo, responsável pela representação judicial e extrajudicial da Câmara Municipal de Aracruz, bem como pela função de assessoramento e consultoria jurídica.

Todavia, é imperioso ressaltar que os advogados públicos devem atuar com independência técnica e autonomia funcional, conforme dispõe o art. 2º, § 3º, art. 7º, I, § 2º, art. 18, art. 31, § 1º e § 2º, e art. 32 do Estatuto da Advocacia (Lei nº 8.906/94).

Eis a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF):

(...) O exercício do poder-dever de questionar, de fiscalizar, de criticar e de buscar a correção de abusos cometidos por órgãos públicos e por agentes e autoridades do Estado, inclusive magistrados, reflete prerrogativa indisponível do advogado, que não pode, por isso mesmo, ser injustamente cerceado na prática legítima de atos que visem a neutralizar situações configuradoras de arbítrio estatal ou de desrespeito aos direitos daquele em cujo favor atua. [HC 98.237, Rel. Celso de Mello, j. 15.12.2009, 2ª T, DJ 6.8.2010].

No exercício do seu *mister*, cumpre aos procuradores públicos tão somente a análise da constitucionalidade, legalidade e a técnica legislativa das propostas, evitando-se manifestar-se sobre outras questões de ordem técnica (estranhas à sua especialidade) ou adentrar o mérito legislativo.

3. DA FUNDAMENTAÇÃO.

Inicialmente, é preciso destacar que o rito da reforma ou alteração do Regimento Interno está previsto nos arts. 250 e 251, que dispõe o seguinte:

Art. 250. O Regimento Interno só poderá ser reformado ou alterado





Câmara Municipal de Aracruz

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

mediante proposta:

I - da Mesa da Câmara.

II - de um terço, no mínimo, dos vereadores.

III - de Comissão Especial.

Art. 251. Apresentado o projeto de alteração ou reforma o mesmo figurará na Ordem do Dia, e será encaminhado à Comissão de Constituição Justiça e Redação para recebimento das emendas.

§ 1º No prazo improrrogável de quinze dias, a Comissão de Constituição Justiça e Redação deverá emitir parecer sobre o projeto e as emendas apresentadas.

§ 2º Emitido o parecer, será o projeto incluído na Ordem do Dia para discussão e votação, observadas as disposições regimentais.

De plano, denota-se que a iniciativa para deflagração do processo legislativo possui cunho restrito, pois, fixa em favor da Mesa Diretora, um terço no mínimo de vereadores ou Comissão Especial. Então, apresentada a proposição por um desses atores, deve ela ser encaminhada à Comissão de Constituição, Justiça e Redação para recebimento das emendas dos parlamentares.

Com isso, fica claro que os parlamentares possuem a competência para edição de emendas à proposição, ainda que isoladamente, desde que guardem relação direta e imediata com a matéria do projeto, ou seja, tenham pertinência temática, conforme remansosa jurisprudência do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

“[...] Este Supremo Tribunal Federal possui jurisprudência pacífica e dominante no sentido de que a possibilidade de emendas parlamentares aos projetos de lei de iniciativa reservada ao Chefe do Poder Executivo, aos tribunais, ao Ministério Público, dentre outros, encontra duas limitações constitucionais, quais sejam: (i) não importarem aumento de despesa e; (ii) manterem pertinência temática com o objeto do projeto de lei. Nesse sentido: ADI 1.050-MC, Rel. Min. Celso de Mello; ADI 1.333, Rel. Min. Cármen Lúcia; ADI 2.569, Rel. Min. Carlos Velloso [...]”. (STF - ADI: 4062 SC - SANTA CATARINA 0001359-18.2008.1.00.0000, Relator.: Min. ROBERTO BARROSO, Data de Julgamento: 23/08/2019, Tribunal Pleno, Data de Publicação: DJe-277 13-12-2019)

Assim, com fulcro nessas premissas, **opino pela constitucionalidade das seguintes emendas:**

- **Emenda Modificativa nº. 106/2025**, de autoria da Vereadora Etienne C. Musso;
- **Emenda Aditiva nº. 107/2025**, de autoria de 13 (treze) parlamentares.





Câmara Municipal de Aracruz

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Sobre essa emenda em particular, em que pese insira matéria não tratada originariamente pela proposição, ou seja, não guarde pertinência temática, reputa-se que essa restrição é suprida pela subscrição coletiva da emenda, visto que respeita o quórum mínimo de um terço previsto no art. 250, II do Regimento Interno. Evidencia-se os parlamentares da Câmara Municipal de Aracruz, em número que supera o quórum mínimo, são favoráveis à adição de proposta inovadora, o que a reveste de constitucionalidade, considerando que possuem “assinaturas” suficientes para apresentação de nova proposição;

- **Emenda Aditiva nº. 124/2025 e Subemenda nº. 125/2025**, ambas de autoria do Vereador Léo Pereira. Muito embora essas emendas também não tenham relação direta e imediata com a proposta original, possuem o escopo de inserir a cláusula de vigência na proposição legislativa, atendendo requisito formal previsto nos **arts. 3º, III, e 8º da Lei Complementar nº. 95/1998**, sem a qual fica prejudicada a validade da norma jurídica; e, de estabelecer *vacatio legis* na hipótese de aprovação da Emenda Aditiva nº. 107/2025 – que expressa a vontade da maioria do parlamento –, pois a alteração imediata do dia das sessões ordinárias prejudicaria a realização de sessões e eventos no plenário, considerando os agendamentos já existentes;
- **Emenda Modificativa nº. 152/2025**, de autoria da Vereadora Adriana G. Machado;
- **Emenda Supressiva nº. 153/2025**, de autoria da Vereadora Adriana G. Machado.

No caso das Emendas Aditivas nº 154 e 155/2025, de autoria do Vereador Tião Cornélio, que são idênticas, entendo que não guardam afinidade lógica e pertinência temática com o objeto da proposição.

Evidencia-se que o legislador, ao editar o Regimento Interno, privilegiou o **Princípio da Colegialidade**, estabelecendo que a proposta de reforma ou alteração, à luz da iniciativa, não está adstrita à atuação de um parlamentar isoladamente. Como já dito anteriormente, o requisito da falta de pertinência temática poderia ser suprido mediante a apresentação de proposta inovadora subscrita por um terço dos vereadores no mínimo, o que não ocorreu no ato de





Câmara Municipal de Aracruz

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

apresentação dessas emendas.

Portanto, opino pela **inconstitucionalidade da Emenda Aditiva nº. 154/2025** e, à luz do **art. 135, § 3º do Regimento Interno**, sugiro que a **Emenda Aditiva nº. 155/2025** seja considerada prejudicada pela Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação, pelas razões acima expostas.

4. CONCLUSÃO.

Ante o exposto, firme nos fundamentos jurídicos e jurisprudenciais acima mencionados, opino pela **constitucionalidade e legalidade** das Emendas Modificativas nº. 106/2025 e 152/2025; Emendas Aditivas nº. 107/2025, 124/2025 (com a Subemenda nº. 125/2025); e Emenda Supressiva nº. 153/2025; todavia, opino pela **inconstitucionalidade** da Emenda Aditiva nº. 154/2025 e, por fim, que a Emenda Aditiva nº. 155/2025 seja considerada prejudicada pela Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação.

É o parecer, *salvo melhor juízo*, à superior consideração.

Aracruz/ES, 02 de outubro de 2025.

Assinado digitalmente

Aline M. Gratz

Procuradora-Geral – Matr. 900288

OAB/ES 10.951



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://aracruz.camarasempapel.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 330037003700320038003A00540052004100

Assinado eletronicamente por **Aline Maria gratz** em 02/10/2025 13:06

Checksum: **0952972D18208A08F52232D46C031891B3CC48937299792E7242681D23537B96**



Autenticar documento em <https://aracruz.camarasempapel.com.br/autenticidade> com o identificador 330037003700320038003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.